

## Editorial

O ano de 2018 inicia -se sob o impacto da execução, em 14 de março, da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, e do motorista Anderson Santos. Passados cerca de vinte dias do assassinato de Marielle e Anderson, não se sabe ainda quem o cometeu, a despeito das promessas de celeridade na apuração feitas pelas autoridades policiais. Embora se desconheça a autoria da execução de Marielle e Anderson, sabe-se, entretanto, quem perpetrou a tentativa da segunda morte simbólica da vereadora pela difusão de calúnias grosseiras. Tais calúnias não respeitaram nem a aritmética básica e contaram com a cumplicidade omissa das grandes empresas capitalistas de internet, as efetivas proprietárias das “redes (anti)sociais”. Os perfis falsos ou descarados que tentaram a segunda morte simbólica de Marielle são formados por saudosistas da ditadura militar, seguidores do candidato fascista Jair Bolsonaro, fanáticos religiosos cristãos e adoradores do fascismo de mercado, e neonazistas. O que une todos eles é a estratégia de manipular emoções, caluniar os opositores e tornar a vítima culpada, nada de diferente dos manuais de propaganda nazista de Goebbels. Trata-se da propagação e execução da “ideologia do punho”, como Mussolini definia o fascismo.

Marielle não é mais uma estatística, mas é mais uma entre tantos militantes de esquerda assassinados nos últimos anos. Dentre tantos outros, lembramos aqui de Paulo Sérgio Almeida Nascimento, líder comunitário no Pará, assassinado em 12 de março de 2018; George de Andrade Lima Rodrigues, líder comunitário em Recife, assassinado em 23 de fevereiro de 2018; Carlos Antônio dos Santos, o “Carlão”, líder comunitário no Mato Grosso, assassinado em 07 de fevereiro de 2018; Leandro Altenir Ribeiro Ribas, líder comunitário em Porto Alegre, assassinado em 28 de janeiro de 2018; Márcio Oliveira Matos, liderança do MST na Bahia, assassinado em 24 de janeiro de 2018; Valdemir Resplandes, líder do MST no Pará, assassinado em 9 de janeiro de 2018; Jefferson Marcelo do Nascimento, líder comunitário no Rio, assassinado em 04 de janeiro de 2018; Clodoaldo do Santos, líder sindical em Sergipe, assassinado em 14 de dezembro de 2017; Jair Cleber dos Santos, líder de acampamento no Pará, assassinado em 22 de setembro de 2017; Fabio Gabriel Pacifico dos Santos, o “Binho dos Palmares”, líder quilombola na Bahia, assassinado em 18 de setembro de 2017; José Raimundo da Mota de Souza Júnior, líder do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na

Bahia, assassinado em 13 de julho de 2017; Rosenildo Pereira de Almeida, o “Negão”, líder comunitário da ocupação na Fazenda Santa Lúcia, no Pará, assassinado em 8 de julho de 2017; Eraldo Lima Costa e Silva, líder do MST no Recife, assassinado em 20 de junho de 2017; Valdenir Juventino Izidoro, o “Lobó”, líder camponês de Rondônia, assassinado em 4 de junho de 2017; Luís César Santiago da Silva, o “Cabeça do Povo”, líder sindical do Ceará, assassinado em 15 de abril de 2017; Waldomiro Costa Pereira, líder do MST no Pará, assassinado em 20 de março de 2017; João Natalício Xukuru-Kariri, líder indígena em Alagoas, assassinado em 11 de outubro de 2016; Almir Silva dos Santos, líder comunitário no Maranhão assassinado em 8 de julho de 2016; José Bernardo da Silva, líder do MST em Pernambuco, assassinado em 26 de abril de 2016; José Conceição Pereira, líder comunitário no Maranhão, assassinado em 14 de abril de 2016; Edmilson Alves da Silva, líder comunitário em Alagoas, assassinado em 2 de fevereiro de 2016; Nilce de Souza Magalhães, a “Nicinha”, líder comunitária e membro do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em Rondônia, assassinada em 7 de janeiro 2016; Simeão Vilhalva Cristiano Navarro, líder indígena do Mato Grosso, assassinado em 1 de agosto de 2015; Paulo Sérgio Santos, líder quilombola na Bahia, assassinado em 6 de julho 2014.

Diante do assassinato dessas e de outras lideranças de esquerda, do extermínio da população trabalhadora negra e pobre nas periferias das grandes cidades, dos trabalhadores do campo, da população indígena e ribeirinha, e da população LGBT, não seria exagero afirmar que não são apenas as formalidades da democracia burguesa que estão ameaçadas, mas sim que a aparente democracia burguesa brasileira torna cada vez mais manifesta sua essência fascista.

A ideologia fascista do punho tem saído das máquinas de propaganda de propriedade das grandes empresas de internet e se tornado cada vez mais uma realidade oficial com a crescente militarização da sociedade brasileira. Marielle foi assassinada em um Rio de Janeiro sob intervenção federal militar decretada por Michel Temer em 16 de fevereiro. Marielle, nunca é demais lembrar, era da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e crítica da intervenção militar. A intervenção soma-se ao crescimento das milícias, grupos com características mafiosas formados principalmente por militares e ex-militares, à militarização de escolas públicas, e à lei que permite que militares que assassinarem civis durante operações sejam julgados por tribunais militares. Ao que parece, alguns grupos tentam encaminhar o extermínio da esquerda e de trabalhadores pobres para a “solução final”, alegando uma guerra inexistente onde só um lado está armado.

O Brasil de hoje, infelizmente, parece na beira de um precipício apavorante, que já cobra e cobrará ainda mais o esforço intelectual e físico – no limite, como vimos, a vida – daqueles que lutam pela construção de uma sociedade realmente fraterna (razão pela qual, evidentemente, não pode ter caráter capitalista). A situação bárbara do cotidiano produz fechamentos que dificultam a reflexão

teórica e abstrata, além da análise de eventos e processos passados. Há, entretanto, que resistir também neste campo e, para isso, basta que nos inspiremos nos clássicos do marxismo. Grandes obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Lukács, Rosa Luxemburgo, entre outros, não foram produzidas em circunstâncias que descreveríamos como tranquilas ou pacíficas. Que sua inspiração motive nosso público a interessar-se pela ampla diversidade de trabalhos que publicamos na *Revista Marx e o Marxismo* e, em particular, nesta edição.

Em outubro do ano passado, o marxismo perdeu um de seus maiores pensadores, István Mészáros. Ressaltando a importância da obra de Mészáros para o pensamento crítico, marxista ou não, e para a causa do socialismo, publicamos nessa edição o artigo “Considerações sobre a forma peculiar de leitura de Marx por Mészáros: Reflexões sobre o *método*”, por Demetrio Cherobini. O autor destaca que a obra de Mészáros constitui-se a partir de um diálogo constante com a obra de Marx, na busca da compreensão do presente em um novo prisma teórico que revele os caminhos possíveis para a emancipação humana.

O segundo artigo que publicamos neste número é de autoria de Henrique Pereira Braga, “Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e do *Grundrisse*”. Pela análise das categorias de capital e estranhamento na referida obra, Braga nota que a contradição entre a produção de riqueza e de pobreza na sociedade capitalista centra-se no estranhamento, não se restringindo à distribuição da renda, mas configurando um empobrecimento do gênero humano. Quando a riqueza social tem a forma estranhada de capital, o livre desenvolvimento das individualidades é negado pelas relações capitalistas.

Em seguida, o artigo “1917 e a tentativa de construção do homem novo – O caráter pedagógico da revolução social”, de Iziane Silvestre Nobre, retoma um tema importante no debate sobre a Revolução de Outubro, da Rússia, que acabou de completar seu centenário: o da natureza pedagógica do processo revolucionário. Recorrendo à análise da práxis em geral e da práxis revolucionária em particular, Nobre põe em destaque a maneira como a educação revolucionária foi levada às escolas da União Soviética desde o imediato pós-revolução, mas pouco a pouco, acabou reduzida a uma educação voltada para a práxis laborativa. Uma educação, portanto, unilateral e estranhada.

No artigo “Jorge Amado: do romance proletário ao romance histórico. Uma discussão sobre mediações da forma estética e conteúdo sócio-histórico”, João Paulo Ferreira realiza uma análise crítica dos romances de Jorge Amado que compõem o ciclo do cacau. O autor defende que, nessas obras, Jorge Amado reconhece e discute potencialidades das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX e meados do século XX, caracterizando-se por um realismo marcado pelas peculiaridades da situação histórica, com a complexidade da modernização brasileira e a necessidade de dar voz e protagonismo aos espoliados.

Publicamos também nesse número o artigo “O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira”, de Raquel Dias Araújo, Karine Martins Sobral e Natália Ayres, que tem por objeto as propostas e políticas educacionais conservadoras no Brasil. Em destaque, estão o projeto conhecido como “escola sem partido” – ou mais precisamente, a lei da mordaza – e a Emenda Constitucional 95/2016, referente ao financiamento da educação pública. As autoras mostram o caráter conservador contido nas propostas de desresponsabilização do Estado pela educação pública, de controle, censura e criminalização da autonomia docente, inserindo-se, assim, no conjunto abrangente de contrarreformas conservadoras do Brasil atual.

No artigo “A crítica da política e do Estado de Marx a partir das *Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano’*”, José Luiz Alcântara Filho destaca o caráter seminal do artigo de Marx em que o proletariado aparece pela primeira vez como sujeito da revolução social e o comunismo como o movimento transformador da sociedade burguesa. A partir da crítica à visão hegeliana da política e do Estado, Marx teria, segundo o autor, formulado uma teoria da revolução cujos elementos permanecem em sua obra posterior. A teoria da revolução presente nas “Glosas críticas”, no entanto, ainda careceria dos elementos da crítica da Economia Política presentes na obra madura de Marx.

No artigo “Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta”, Patrick Galba de Paula retoma o debate sobre a teoria da renda fundiária de Marx. O autor rebate as críticas que propõem substituir a teoria da renda da terra de Marx por uma teoria do preço de monopólio, mostrando que Marx explica como surgem sobrelucros apropriados como renda mesmo quando não há situação de monopólio. Patrick defende a posição de Marx contra os críticos a partir de uma interpretação dos preços de mercado, contido no Capítulo X do Livro III de *O capital*.

Felipe Demier, no artigo “Totalidade e internacionalismo em León Trotsky”, destaca os aspectos teóricos da defesa do internacionalismo por Trotsky contra o “socialismo em só país”, defendido pelo stalinismo. Demier argumenta que a defesa do internacionalismo encontra suas bases teóricas na apreensão do capitalismo como uma totalidade histórica e na dialética entre interno e externo. O autor demonstra que a postura metodológica de Trotsky leva à crítica ao etapismo e às especificidades da revolução nos países “atrasados”.

Na seção *Notas Críticas*, publicamos o depoimento comovente de Jônatas da Silva Abreu Aarão: “A UERJ em estado de calamidade pública”. O autor faz uma revisão e um balanço da luta contra o desmonte da UERJ, apontando que os problemas não estão resolvidos, com ausência de qualquer garantia para a continuidade do pagamento dos salários e bolsas e com a persistência do subfinanciamento e da ameaça de privatização.

Na seção *Luta e Memória*, por fim, apresentamos o texto “Aportes para una discusión contemporánea al texto de Antonio Gramsci sobre ‘Una revolución contra *El capital*’”, de Julio C. Gambina. O autor destaca que o artigo de Gramsci coloca-se contra o marxismo oficial da época de sua publicação e põe a discussão da necessidade de dar continuidade a *O capital*. O autor destaca também a atualidade do texto de Gramsci na crítica ao capitalismo em sua configuração contemporânea.